

**CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS**

**CAROLINA OPUCHKEVITCH**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO

**ALDO SIATKOWSKI**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO

**MAURICIO JOÃO ATAMANCZUK**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE - UNICENTRO

# CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

## 1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima o aumento populacional para 9,8 bilhões de habitantes em 2050, o que acarretará um aumento na demanda por alimentos e fará com que o setor do agronegócio se torne cada vez mais relevante (ONU, 2017). Contudo, como destaca Lopes (2018), um dos grandes desafios globais de segurança alimentar é a necessidade de estimar de forma confiável a demanda futura de alimentos considerando uma população mundial cada vez mais numerosa, mais urbana, mais educada, rica e exigente que pressionará a produção e sofisticação destes alimentos até 2050.

Nesse cenário, o Brasil pode ser protagonista. Conforme a FAO (2014), a produção de alimentos está crescendo rapidamente no país. Com o setor do agronegócio brasileiro cada vez mais preparado para atender a crescente pode tornar-se o principal fornecedor de alimentos a nível mundial. Segundo Carvalho (2018) as perspectivas são que na próxima década o Brasil possa se tornar o país com maior volume de produção agropecuária do mundo.

O agronegócio no Brasil passou por transformações essenciais em seu processo produtivo e na administração de recursos para atingir o panorama atual. Segundo Otero *et al.* (2015) contribuíram para estas transformações o aumento de políticas públicas para auxiliar no desenvolvimento do setor, a expansão de territórios agricultáveis e as inovações constantes no desenvolvimento de novas ferramentas para o aumento da produtividade. Bojanic (2018) reforça que o Brasil tem a necessidade e a capacidade de exportar conhecimento, ser modelo de sustentabilidade na agropecuária e líder em empreendedorismo rural.

Segundo a FAO (2017), tanto em países em desenvolvimento, como em nações desenvolvidas, a produção de pequenos produtores é a forma predominante na produção de alimentos, sendo que cerca de 70% dos alimentos que chegam às mesas são provenientes das mãos dos pequenos agricultores. Além dos aspectos de eficiência voltado para a produção em pequenas propriedades rurais, Blowfield (2013) destaca como desafio, produzir alimentos suficientes de maneira que não comprometam questões da sustentabilidade como energia, água e pobreza, uma vez que já existem indícios de que as mudanças climáticas, embora possam aumentar os rendimentos de algumas áreas, resultarão de forma global em rendimentos mais baixos de produção alimentícia ao longo do tempo.

Outro desafio é a crescente demanda por recursos para atender o aumento da produção. Para isso é necessário que a política de crédito rural seja cada vez mais inovadora, acompanhando o desenvolvimento econômico global (PEDROZO, 2018). Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a disponibilidade de recursos financeiros de instituições financeiras dispõe de ofertada cada vez maior para a classe rural, gerando aumento da produção devido ao aumento do poder monetário para investir em inovações (MAPA, 2018).

Considerando esse contexto, um dos principais impulsionadores do setor do agronegócio brasileiro nas últimas décadas, é a disponibilidade de crédito rural, pois são poucos os produtores que detêm recursos capazes de suprir a demanda financeira para custear a produção agrícola de um ano safra sem o auxílio do crédito. Grisa e Schneider (2015) ressaltam que no início o crédito rural era disponibilizado somente para médios e grandes produtores rurais, deixando de lado os agricultores familiares. Após o surgimento de políticas públicas voltadas para este público são observadas transformações no setor.

Conforme relata Belik (2015), o crédito rural é utilizado como ferramenta para promover uma maior produtividade nas plantações, investir em equipamentos e maquinários, aquisição de bens imóveis, compra de insumos e a armazenagem de grãos, ou seja, este incentiva a produção em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, proporcionando renda aos produtores. Para Leite (2015), os objetivos principais do crédito rural são de reduzir a pobreza, fornecer crédito a juros mais baixos para os pequenos produtores, ampliando a produção agropecuária, e aumentar a geração de empregos proporcionando uma melhor qualidade de vida para os produtores rurais.

Lanznaster (2016) realça que é necessária uma maior atenção voltada para o crédito rural, para que seja uma ferramenta permanente e estável de apoio para os agricultores, não só para a inovação no setor agrícola aumentando a produtividade, mas sim unindo-se com a sustentabilidade rural.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (2015) o desenvolvimento agrícola conciliado com o crédito rural está diretamente ligado com a sustentabilidade. O desenvolvimento de qualquer atividade ou setor deve estar amparado a alguns critérios de sustentabilidade, por isso a concessão de crédito agrícola deve estar amparada em atitudes sustentáveis para o desenvolvimento da agricultura. Conforme Delgado e Bergamasco (2017) as propriedades tomadoras de crédito rural possuem maior desenvolvimento diante as não tomadoras, pois sua qualidade de vida aumenta e o desenvolvimento sustentável ocorre de maneira mais efetiva. Ainda Santos e Cedraz (2015) explicam que o crédito rural não resolve somente entraves relacionados a escassez de recursos financeiros, mas também é capaz de propagar o desenvolvimento local de uma comunidade de agricultores familiares associado com o desenvolvimento sustentável.

Considerando esse cenário, esse estudo procurou identificar qual a relação do crédito rural com o desenvolvimento sustentável de propriedades agrícolas no município de Prudentópolis-PR. O município, possui uma área total de 2.236,579 km<sup>2</sup> com população estimada de 52.125 habitantes (IBGE, 2017). A população que reside em zonas rurais representa 53,96% do total de habitantes, por este motivo, a agropecuária é bastante representativa para o município. O Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário municipal representa 22,65% do total (PRUDENTÓPOLIS, 2014).

Além desta seção de introdução o artigo apresenta o problema de pesquisa na seção 2, discorre sobre os elementos teóricos balizadores da análise na seção 3, esclarece os procedimentos metodológicos adotados na seção 4, apresenta os resultados do trabalho de campo na seção 5 e sintetiza e apresenta reflexões sobre os resultados alcançados na seção 5. Ainda são citadas as referências bibliográficas utilizadas.

## **2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS**

Diante o contexto do agronegócio brasileiro, o governo tem procurado ampliar o fornecimento de crédito rural para a agricultura familiar como uma forma de inclusão socioeconômica, gerando impactos significativos na melhoria da qualidade de vida de produtores rurais (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). O crédito rural possui o intuito de fortalecer a agricultura, promovendo um desenvolvimento sustentável em propriedades rurais e o aumento da produtividade e o padrão de qualidade.

Todavia, pode-se identificar a dificuldade da propagação do termo “desenvolvimento sustentável” com a conciliação do crédito rural entre as propriedades rurais, pois os agricultores não têm acesso a informações sobre como a agricultura familiar pode ser sustentável

(SERAMIM; LAHGO, 2016). Para Lopes, Lowery e Peroba (2016) algo que se torna um fator inibidor para a propagação do desenvolvimento sustentável, são os próprios assistentes, técnicos, bancários e consultores que detêm pouco conhecimento sobre a conciliação de crédito rural e o desenvolvimento sustentável de propriedades.

Partindo da premissa de que o crédito rural possui o objetivo de subsidiar o agronegócio brasileiro, é possível identificar uma disparidade de famílias que acessam esse benefício. Para o acesso ao crédito é necessário que o agricultor atenda a algumas exigências exemplificadas no Manual de Crédito Rural (MCR) (2019), as quais não são possíveis de serem alcançadas por todos que pleiteiam o uso deste instrumento financeiro, reduzindo a capacidade de financiamento da produção e de investimentos. Segundo Delgado e Bergamasco (2017) as dificuldades dos agricultores em acessar o crédito rural, podem relacionar-se ao medo de endividamento ou não cumprimento de requisitos exigidos.

Considerando a importância do setor do agronegócio a nível nacional e a pertinência da produção agrícola para o contexto local, a pesquisa ocorreu no município de Prudentópolis-PR que possui uma população com maior concentração em zonas rurais, sendo que grande parte da renda do município provém da agricultura familiar. Diante do exposto, o problema de pesquisa consiste em responder: Propriedades rurais do município de Prudentópolis – PR tomadoras de crédito rural se diferenciam no desenvolvimento sustentável de propriedades rurais não tomadoras de crédito?

Para responder ao problema de pesquisa, o estudo teve como objetivo: Identificar a relação entre pequenas propriedades rurais tomadoras de crédito e não tomadoras de crédito com base no conceito de sustentabilidade econômica, social e ambiental, e compreender se há diferenças no desenvolvimento sustentável de propriedades rurais tomadoras de crédito rural e as propriedades não tomadoras.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Crédito Rural**

O agronegócio é um conjunto de atividades que envolvem desde o processo de fabricação e fornecimento de insumos, a produção, o processamento, o armazenamento até a distribuição para o consumo interno e internacional dos produtos oriundos da agricultura e pecuária. Esta visão envolve também as formas de financiamento que é disponibilizado para que esta produção ocorra (BURANELLO, 2006).

O crédito rural é uma das várias maneiras de se subsidiar a agricultura brasileira. Para Mattei (2005) o financiamento de custeios e investimentos está voltada diretamente para o apoio financeiro de agricultores, se consolidando como uma alternativa concreta para a melhoria da produção e o aumento de qualidade de vida das famílias.

Segundo Mattei (2005), Grisa e Scheider (2015) e Buranello (2006), o crédito rural surgiu com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de produtores rurais que não possuem recursos financeiros para gerir sua propriedade, ou seja, é uma ferramenta que auxilia a desenvolver as propriedades, por meio de investimentos em maquinários e inovações para o aumento da produção.

O crédito rural auxilia no desenvolvimento de propriedades privadas e influencia diretamente o crescimento das economias locais, gerando mudanças efetivas nas características comportamentais. Devido ao aumento da produção gera um valor agregado à propriedade, acarretando uma maior receita e aumentando o poder de compra dos agricultores. Para Grisa e

Schneider (2015) o crédito rural associa o bem-estar de pessoas que residem no meio rural e o crescimento do setor do agronegócio. Deve-se estar atento para que as políticas agrícolas assumam um papel que proporcione aumento da riqueza do país mantendo a igualdade social e proteção ao meio ambiente.

É importante salientar que as instituições financeiras são cada vez mais rigorosas na concessão de crédito rural. As exigências atuais consideram, em alguns casos, a comprovação de posse de terra a ser beneficiada e o uso desta como garantia, exigindo, deste modo, que as mesmas estejam regularizadas e com débitos quitados (OLIVEIRA, 2018). As exigências de garantias são recorrentes no financiamento agrícola tanto para custeio, investimento como comercialização antecipada. Essas garantias ocorrem através de avalistas, hipoteca e alienação de imóveis, penhor de máquinas e equipamentos agrícolas ou alienação de bens móveis. Estes são alguns dos motivos que acarretam a dificuldade do acesso ao crédito para a população, pois na maioria das vezes as instituições não possuem o histórico do produtor da obtenção e quitação de créditos, necessitando de garantias para que não acarrete em perdas para ambos (AGRIMEC, 2018).

### **3.2 Sustentabilidade em Propriedades Rurais**

No atual contexto que envolve a produção agropecuária e as questões ambientais é imprescindível para as propriedades rurais organizarem seus processos baseados no desenvolvimento sustentável, uma vez que, empregam recursos naturais, que se utilizados de maneira errônea, se findarão. Os três pilares de sustentabilidade, que devem ser seguidos pelas propriedades rurais consideram agregar valor econômico em sua comunidade, desenvolvendo o meio social em que está inserido e reduzir os impactos ambientais, para que as próximas gerações possam utilizar dos recursos disponíveis atualmente (EMBRAPA, 2018; OTERO et al, 2015).

A sustentabilidade com ênfase na dimensão econômica, segundo Otero et al (2015), consiste em uma condição necessária para o desenvolvimento de propriedades rurais, pois é conforme sua rentabilidade que estes produtores rurais terão recursos financeiros necessários para investimentos em tecnologias sustentáveis em sua produção. No pilar econômico é possível identificar um elevado grau de dificuldade de obtenção de recursos financeiros no grupo dos agricultores rurais. Segundo Delgado e Bergamasco (2017) agricultores que possuem pequenas propriedades rurais sentem mais dificuldades em adquirir empréstimos se comparado aos grandes proprietários. Para a CGEE (2013) há uma disparidade em investimentos tecnológicos de pequenas para grandes propriedades rurais, podendo perceber que os recursos financeiros são um diferencial para que se tenha desenvolvimento em uma propriedade por meio de inovações, aquisição de terras e maquinários para agregar valor na produção.

A dimensão social da sustentabilidade deve ser compreendida como as melhorias que envolvem a manutenção do bem-estar social no longo prazo. Está associada ao bem-estar material bem como a participação nas decisões coletivas no contexto de inserção dos agricultores. Além disso, podem ser considerados acesso a saúde, bem-estar, lazer, moradia, educação, ou seja, a acessibilidade dos indivíduos que residem nas propriedades rurais a uma condição melhor de vida (STOFFEL, 2014; SILVA et al, 2016).

Já a dimensão ambiental está atrelada aos efeitos derivados de atividades agropecuárias prejudiciais aos recursos naturais. Está associada com a preservação da água, solo, vegetação e a correta utilização de manejo, por exemplo (SILVA et al, 2016). É importante salientar que no setor do agronegócio as preocupações ambientais não exigem atenção somente nas atividades de produção, mas, também enfoca o planejamento de descarte de embalagens e resíduos, reuso

e a reciclagem de todos os componentes das embalagens. Cada vez mais são realizadas pesquisas e desenvolvidos novos produtos e embalagens que possuam componentes renováveis e de baixo impacto ambiental (LOPES, 2014).

Neves (2016) afirma que a única forma do agronegócio brasileiro gerar resultados positivos e atender a demanda mundial crescente por alimentos é considerando a sustentabilidade no meio rural, preocupando-se com a vida das pessoas, a conservação da natureza e recursos utilizados bem como a manutenção dos resultados econômicos.

O crédito rural é uma ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento sustentável, tendo o objetivo de oferecer condições apropriadas para o produtor rural ter acesso a recursos naturais e usufruir de maneira responsável, preservar o meio ambiente que ele está inserido, buscar a redução da pobreza e inclusão no meio social (SAUER, 2008). Conforme afirma Delgado e Bergamasco (2017) as propriedades tomadoras de crédito rural apresentam mais medidas de desenvolvimento sustentável diante as não tomadoras de crédito, mudando a qualidade de vida para melhor, aumentando a renda por hectare cultivado. Com o auxílio de recursos financeiros e acesso a informações corretas o produtor rural terá um progresso em suas atividades agropecuárias preocupado com as três vertentes ligadas ao desenvolvimento sustentável, agregando valor para sua renda, protegendo recursos naturais, melhorando a qualidade de vida e possuindo um maior poder de compra.

#### **4. METOLOGIA**

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), as pesquisas qualitativas se preocupam com os aspectos da realidade que não poderão ser quantificados, abordando crenças, valores, atitudes e um universo de significados da comunidade a ser estudada.

Quanto a seus fins, a pesquisa classifica-se como descritiva e interpretativa uma vez que, busca descobrir a existência de associações entre as variáveis do crédito rural e da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. A pesquisa descritiva conforme Gil (1999) tem como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno podendo estabelecer relações entre variáveis. Para Severino (2007) a pesquisa interpretativa busca a compreensão da mensagem repassada.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo. Para Gil (2002) o estudo de campo foca na coleta, análise e interpretação dos resultados a partir de locais específicos. Neste caso a pesquisa foi conduzida em uma comunidade da área rural do município de Prudentópolis-PR.

Como procedimentos de coleta de dados adotou-se entrevistas e observação não participante. Conforme Zanella (2009) a entrevista associada com a observação possibilita obter maiores informações, pois além da fala e do depoimento do entrevistado, também é possível perceber a linguagem gestual, observando todas as manifestações do entrevistado, sendo possível identificar algo que o agrada ou questionamentos que o deixem com expressão de desgosto.

Para a realização das entrevistas empregou-se um roteiro semiestruturado. A entrevista com roteiro semiestruturado é uma técnica que possibilita incluir novos questionamentos além do roteiro estabelecido, sem perder os objetivos da investigação, havendo também o incentivo do entrevistador para que o entrevistado fale livremente sobre assuntos de grande relevância (ZANELLA, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

As entrevistas foram realizadas em uma região da área rural, no norte do município de Prudentópolis-PR, denominada “Linha Esperança”. Esta comunidade está localizada a 15 quilômetros do centro da cidade. A atividade econômica predominante é a agricultura. Como a grande parte das zonas rurais, a profissão perpetua-se de geração para geração (HAURESKO, 2015).

Para a seleção dos entrevistados foi utilizada a técnica “Bola de Neve”. A técnica consiste em, a partir da realização da primeira coleta de dados, a inserção de novos participantes ocorre em função da indicação de novos participantes feita pelos participantes iniciais. Estes novos indicam outros participantes e assim sucessivamente (VINUTO, 2014). A interrupção da coleta de dados ocorre, com o emprego desta técnica, quando atinge o ponto de saturação, ou seja, quando novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011). A partir desta identificação não se realizam novas entrevistas.

Foram realizadas seis entrevistas com produtores rurais, sendo três tomadores de crédito rural (denominados nesse estudo pelas letras A, D e E) e três não tomadores de crédito rural (denominados pelas letras B, C e F).

Para análise dos dados, empregou-se a análise de conteúdo qualitativa que consiste em um conjunto de técnicas de análise com o objetivo de descrever o conteúdo das mensagens, compreendendo o sentido das comunicações, seu conteúdo e seus significados explícitos ou ocultos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

## **5. DISCUSSÃO**

### **5.1 Utilização do crédito rural e a relação com o desenvolvimento das propriedades**

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi importante identificar o perfil do produtor rural e a sua associação com a utilização do crédito rural e a sustentabilidade em suas propriedades. Nesta seção é realizada uma breve descrição das características dos proprietários e quais as percepções e/ou como ocorre a utilização do crédito rural.

O entrevistado A é tomador de crédito rural e utiliza constantemente produtos de instituições financeiras, sendo que já financiou maquinário (trator) e constantemente faz uso do crédito rural para adquirir insumos para a safra. Sua queixa em relação a obtenção do crédito rural foi a burocracia documental e a necessidade de se ter uma garantia adicional em operações de crédito, como por exemplo, avalistas, garantia de imóveis entre outras. Todavia identifica a importância do crédito rural no desenvolvimento de sua propriedade. Considera este como um recurso financeiro extra, para situações de urgência em suas atividades. Também compreende o crédito rural como uma ajuda quando a receita gerada na safra não é suficiente para arcar com os custos. Algo que o preocupa bastante na tomada de crédito rural são os juros, os quais, mesmo com taxas subsidiadas, são considerados altos.

O entrevistado B relatou ter feito apenas uma operação de crédito para sanar a necessidade de um equipamento agrícola, adquirido após o equipamento que utilizava anteriormente a tomada do crédito, pertencente a um vizinho, ser vendido. Relatou a dificuldade para tomada de crédito devido a burocracia do processo relacionada aos documentos solicitados e a alta taxa de juros. As taxas de juros são fator decisivo para que opte por poupar recursos financeiros por determinado tempo para fazer aquisição de bens, evitando utilizar financiamentos. Expressa sua opinião afirmando que os bancos buscam “se aproveitar” dos pequenos produtores rurais, ou seja, obter ganhos em detrimento dos objetivos destes agricultores. Assim, prefere-se, por um período, privar-se de atender um desejo ou necessidade

para evitar a dependência das instituições financeiras. Este produtor foi classificado como não tomador de crédito para a análise, uma vez que não utiliza este instrumento como estratégia de financiamento de sua safra. O crédito tomado refere-se a uma situação atípica a forma de gestão da sua propriedade.

O entrevistado C nunca realizou operações de crédito e nunca esteve em uma instituição financeira. Sua opinião de aversão a estas é identificada nos relatos em que cita as instituições financeiras como locais para “enganar” as pessoas com as taxas e vendas casadas para que o crédito seja aprovado. É importante salientar que a propriedade utilizada por este não possui todos os documentos solicitados para a realização de uma operação de crédito, o que contribui para que o mesmo não deseje recorrer a recursos de instituições financeiras. Salientou que teria mais custos na regularização dos documentos da propriedade do que se privar de atender algumas necessidades durante um período para conseguir e sobreviver somente com a receita obtida através da pequena produção, para poupar recursos. Compreende que o crédito rural pode auxiliar produtores rurais pois trata-se de um recurso que tem o objetivo de auxiliar na aquisição de equipamentos e insumos para aumentar a produtividade, mas que não corresponde à realidade do mesmo, e não entende como adequado aos pequenos produtores rurais. Acredita que todos os pequenos produtores rurais encontram dificuldades para acessar o crédito rural.

Para o entrevistado D o crédito rural é considerado importante, uma vez que possibilita a aquisição de equipamentos com maior facilidade, facilitando a realização de maiores investimentos em sua propriedade. Ele utiliza crédito rural constantemente, tanto para compra de maquinários como também, todos os anos, faz empréstimos de custeio para cobrir os custos de produção. A motivação para tomada de crédito para custear a safra é a existência do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). O Proagro garante a exoneração de obrigações financeiras no caso de créditos de custeio, quando a liquidação é dificultada por ocorrência de fenômenos naturais, pragas ou doenças. Considerando um seguro eficiente quando não há receita suficiente para arcar com os custos da lavoura. Para acessar o crédito rural encontra dificuldades para atualizar os documentos necessários, citando as análises de solo e os projetos técnicos para ingressar com o pedido de financiamento. Assim como os demais tomadores de crédito rural, realiza o crédito por extrema necessidade, pois não detêm recursos financeiros suficientes durante o ano para custear a produção anual.

O entrevistado E considera o crédito rural de grande importância para o giro na propriedade pois a produção agrícola e pecuária não se mantém constante ano a ano. Quando, de um ano para o outro ocorre uma quebra de produção, não há recursos suficientes para injetar na propriedade, o crédito apresenta-se como alternativa para que consiga atender as necessidades pessoais e da propriedade. Este relata que está habituado a utilizar a frequentar, constantemente, as instituições financeiras e a utilizar os produtos para as operações financeiras. Possui conta corrente, utiliza cheques para pagamentos parcelados no comércio da cidade e toma crédito rural com bastante frequência. Uma vez que o prazo para o crédito rural é estendido, podendo chegar até a dez anos de prazo, considera-se na obrigação de utilizar outros produtos do banco, como seguros, talões de cheques, cartão de crédito, entre outros. Além de ter as mesmas reclamações dos demais entrevistados na dificuldade do acesso ao crédito quanto a burocracia em relação a documentação exigida, prefere tomar o crédito rural ao invés de utilizar sua reserva de dinheiro, sempre guarda um pouco do seu lucro, mas somente irá utilizar em casos de emergência.

O entrevistado F relatou que tentou abrir uma conta em um banco uma vez, para fazer o custeio de sua lavoura. Naquele ano enfrentou dificuldades financeiras. Mas, devido a dificuldades para disponibilizar a documentação solicitada, desistiu de abrir uma conta. Relata ainda, a cobrança da taxa mensal de manutenção da conta e a taxa de juros do financiamento



foram desmotivadores para a tomada do crédito. Em sua análise considerou que, caso não houvesse dificuldades como as apresentadas, para o acesso ao crédito rural o mesmo iria utilizá-lo com frequência. Mas, segundo o entrevistado, os pequenos produtores rurais enfrentam dificuldades em atender exigências dos bancos, destacando que, em sua opinião, somente os grandes produtores conseguem ter acesso a maioria das ferramentas que auxiliam o desenvolvimento da propriedade.

É possível perceber, diante o cenário pesquisado, que os tomadores de crédito rural avaliam este como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da propriedade. Os entrevistados A, D, e E, que se utilizam do crédito rural, possuem maior escolaridade entre os entrevistados, tendo completado os estudos até o 9º ano do ensino fundamental. A partir das observações foi possível constatar que suas propriedades são mais desenvolvidas e os entrevistados demonstrando estarem satisfeitos por conseguirem acessar o crédito rural, por meio das instituições financeiras, com objetivo de adquirir bens materiais essenciais para a evolução da produtividade. Os entrevistados B, C e F, os quais avaliam o crédito rural e as instituições financeiras de maneira negativa, possuem escolaridade menor em comparação com os outros entrevistados, tendo estudado até no máximo o 4º ano do ensino fundamental. Todos os entrevistados enfatizaram as dificuldades burocráticas das instituições financeiras na busca pelo crédito rural.

## **5.2 A sustentabilidade associada ao crédito rural**

Esta seção aborda a relação do crédito rural com as dimensões da sustentabilidade. Para atendimento deste objetivo, inicialmente, ao questionar os entrevistados, de maneira geral, sobre o entendimento que estes possuíam em relação a sustentabilidade, percebeu-se desconhecimento sobre o tema. Avalia-se como preocupante este aspecto identificado, pois os pequenos produtores rurais nunca tiveram instruções suficientes a ponto de compreenderem a importância que as atividades agropecuárias executadas por eles, têm para o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao pilar econômico, todos os entrevistados relataram não ter controle de suas receitas, despesas e lucratividade de maneira formal. Este elemento apresenta-se como unanimidade entre os entrevistados, porém com diferenças de percepção da possibilidade de desenvolvimento econômico da propriedade para tomadores e não tomadores de crédito.

Apesar da inexistência de controle formal sobre estes aspectos, os entrevistados A, D e E afirmam que a renda é suficiente para atender as necessidades de suas famílias, e buscam realizar investimentos em suas propriedades para aumento da produção. A percepção de resultados positivos e o planejamento de novos investimentos demonstram que este grupo de produtores é pró ativo, quando se trata do pilar econômico do desenvolvimento sustentável de suas propriedades.

O entrevistado B gasta somente aquilo que obtém a partir da venda de sua produção, ou seja, ele aguarda o recebimento da venda dos produtos oriundos da safra para decidir como realizará seus gastos. Segundo seus relatos, compra somente o necessário. Não realizou investimentos recente e não planeja realizar tais investimentos em sua propriedade, pois considera que não há necessidades de investimentos na propriedade e insumo inovadores (como por exemplo sementes) nem sempre são os melhores. Há uma clara conformidade com a atual situação econômica associada ao receio e dificuldade para tomar crédito que impedem planejamento de expansão para este produtor rural. Há indícios de sustentabilidade econômica, porém, o produtor rural apresenta poucas expectativas de desenvolvimento.

Os entrevistados C e F também não tem o controle de seus gastos e ainda não sabem se a renda obtida é suficiente para atender suas necessidades. Citam que frequentemente faltam recursos e conseguem quitar suas dívidas somente em momentos futuros, com a comercialização de suas produções. O entrevistado C, relatou não ter dinheiro suficiente para investir em sua propriedade. Há uma tentativa de desenvolvimento econômico do entrevistado F. O mesmo afirmou adquirir sementes novas todo ano para efetuar o plantio da safra, buscando aumentar a produtividade.

Considerando os relatos feitos pelos produtores rurais não tomadores de crédito é possível identificar que, apesar de tentativas de manter ou melhorar a situação de suas propriedades, o pilar econômico destes é considerado precário. As dificuldades ou resistências apresentadas para uso do crédito rural estão associadas ao desconhecimento sobre o tema, baixa escolaridade e dificuldades na regularização de documentos da propriedade.

O pilar ambiental retrata a importância da manutenção e utilização consciente de recursos da natureza. Pequenas atividades como a economia de energia elétrica ou água assim como a preservação de áreas de vegetação ou uso de defensivos agrícolas, demonstram a preocupação com os recursos naturais.

Em relação ao pilar ambiental o entrevistado A citou que economiza água e energia elétrica em sua casa e em seu trabalho com objetivo de evitar prejuízos ao meio ambiente. Além disso, segue todas as normativas exigentes e as instruções passadas pelos técnicos, agrônomos e demais profissionais responsáveis pela venda e instrução para uso de defensivos agrícolas. Contudo, não evita o uso dos mesmos. Foi possível identificar pela observação realizada na propriedade, que há uma área grande bem preservada em torno de sua propriedade. Relatou ainda que ser for orientado por profissional a não executar determinada atividade, não irá exercer pela preocupação com o meio ambiente e o mundo que deixarão para seus filhos. Atribui os problemas ambientais aos grandes produtores e pessoas da zona urbana que vão ao campo e desmatam grandes áreas e não recebem punição.

O entrevistado B, citou não ter preocupação com a economia de água e energia em sua propriedade, porém, preserva a área de mata existente em frente à sua residência. Relatou que ouve muito apelos para não utilizar defensivos agrícolas, mas entende que o não uso destes impossibilita a produção devido a existem muitas pragas atualmente. O entrevistado C relata com saudosismo o uso do lampião para a iluminação das residências. Mas reconhece os benefícios da energia elétrica a partir do uso de equipamentos como geladeiras, televisores e congeladores. A economia de energia elétrica está associada ao preço pago pelo seu uso, demonstrando uma preocupação mais econômica do que ambiental.

As preocupações com economia de água e energia elétrica estão presentes nas respostas do entrevistado D, bem como o uso racional e de acordo com instruções, dos defensivos agrícolas para realizar a produção no campo minimizando os prejuízos ambientais. O entrevistado E mostrou maturidade ambiental, tendo em vista que relatou preocupação com a caça de animais e com o lixo deixado próximo a tanques, rios e beiras de mata. Citou suas ações voltadas para cuidados com as áreas de preservação, economia dos recursos e educação do seu filho para agir de maneira ambientalmente correta. O entrevistado F descreveu forte preocupação com economia de energia elétrica e água. Contudo, em relação a preservação de matas, alega que sua propriedade é muito pequena para poder contribuir de maneira mais efetiva ao meio ambiente, sendo necessário mais terras e recursos financeiros para poder contribuir mais, apesar de realizar o que está ao seu alcance. Nesta passagem revela o dilema entre preocupação ambiental e desenvolvimento econômico e, principalmente, as dificuldades de pequenos produtores enfrentam para atender ao equilíbrio entre estas dimensões.

Podemos concluir no pilar ambiental que a maioria dos entrevistados age de maneira sustentável sem ter conhecimento aprofundado, pois relatam cuidar da natureza, principalmente as áreas de mata e utilizar os recursos finitos de maneira responsável. Todos revelam uma preocupação com o comportamento de grandes produtores em relação ao meio ambiente. Outro aspecto relevante, identificado nas entrevistas é o uso de defensivos agrícolas. Há o reconhecimento de que o seu uso deve ser, rigorosamente, de acordo com as instruções. Contudo, não há indícios de que estes produtores evitam o seu uso. Para a dimensão ambiental, observa-se diferenças, apesar de ténues, para produtores tomadores e não tomadores de crédito no reconhecimento da economia de recursos como energia elétrica e água e na preservação das áreas de matas. Para os produtores rurais não tomadores de crédito é mais recorrente o dilema entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico da propriedade.

No pilar social, é observada a qualidade de educação e o acesso a mesma, a igualdade de direitos perante a sociedade e o reconhecimento do indivíduo para que se tenha um mundo mais justo e que todos cooperem para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Neste sentido, o entrevistado A considera sua produção importante não somente para ele, mas para garantir o futuro de seu filho, demonstrando preocupação com o futuro da família, e também para a sociedade uma vez que, segundo ele a produção agropecuária gera movimentação econômica. O entrevistado participa de duas cooperativas das quais adquire os insumos e recebe auxílio de técnicos e agrônomos, porém com objetivo comercial por parte da cooperativa.

Questionado sobre a existência de treinamentos e cursos, citou que estes ocorrem na região, mas com a intensão de vendas após a realização dos mesmos. Esta queixa é recorrente entre os produtores e foi citada também pelos entrevistados B, D, E e F. O entrevistado A citou ainda a oferta de um curso de panificação como alternativa de rendas. Mas não visualiza possibilidade de empreender pois considera que não há mercado para vender a produção. Considera importante a oferta de cursos voltados ao desenvolvimento da propriedade que aborde temas como o funcionamento de mercados e estratégias para aumento da produção ou diminuição de custos.

O entrevistado B destacou como positivo a existência das cooperativas para aquisição de insumos e recebimento de assistência técnica para uso dos mesmos. Contudo, há uma preocupação de reconhecimento social na fala do entrevistado B. Afirma que seu trabalho é importante para sua família, ao fazer referência ao seu filho, contudo não sente este reconhecimento da sociedade em geral.

O entrevistado C também observa que há apenas reconhecimento de seu trabalho e produção por parte do seu núcleo familiar e de vizinhos. Ao sair de sua comunidade sente-se excluído. Sente-se excluído dos cursos realizados na comunidade, pois nunca foi convidado para participar e associa este fato a sua situação, que aparenta ser mais humilde que os outros. Porém se convidado, gostaria de participar. Um dos lugares que ele se sente incluso é uma cooperativa que compra insumos, na qual há agrônomos que instruem como utilizar os produtos e maneiras de diminuir o custo da produção.

Já o entrevistado D possui uma percepção diferente do reconhecimento de sua produção pela sociedade. Afirma que se ele não produz a população não come e, deste modo, sente-se motivado em falar sobre a agricultura para seu filho. O entrevistado E também entende que há reconhecimento de sua produção pela sociedade, pois além da alimentação gera movimentação econômica.

Para o entrevistado F a sua produção não é valorizada. Associa esta falta de reconhecimento a questão econômica pois, em sua opinião, não recebe o valor justo pelo que é produzido.

Todos os entrevistados citaram que existem associações de produtores rurais na região, porém questionam a forma de atuação desta. Citaram que no passado os líderes das associações eram mais atuantes e, proporcionavam auxílio aos pequenos produtores.

Um dos pontos principais no pilar social é a ajuda mútua que pode ser estabelecida entre os pequenos produtores rurais, pois quando há várias pessoas com o mesmo objetivo em comum é mais fácil atingi-lo. Os entrevistados B, D, E e F compartilham equipamentos e serviços com seus vizinhos, acreditando ser uma maneira mais fácil de trabalhar, exemplificando a troca mútua de recursos. Descrevem também a troca de serviços, que torna mais barata a mão de obra terceirizada. Os entrevistados A e C afirmaram não precisarem de seus vizinhos para exercerem suas atividades e que possuem equipamentos e maquinários, sem a necessidade de contar com empréstimos.

O nível de educação formal recebida pelos produtores, já citado na seção é diferente para os grupos de tomadores e não tomadores de crédito rural. Os tomadores de crédito possuem maior escolaridade que os não tomadores de crédito sendo este elemento apontado como uma diferença do perfil social entre os grupos.

Através da análise do pilar social é possível identificar que há uma dificuldade dos pequenos produtores rurais identificarem sua importância diante a comunidade e principalmente um auxiliar o outro. Por se tratarem de pessoas com pouco estudo e muito tempo de trabalho individual, ainda não percebem a essência de cooperar um com os outros e se sentem com bastante medo em confiar nas pessoas, com medo de serem enganados.

Comparando os produtores tomadores de crédito rural e os não tomadores de crédito rural em relação aos pilares da sustentabilidade apresentados, pode-se concluir que há uma diferença nos pilares social e econômicos, todavia no pilar ambiental a diferença, apesar de existente é muito tênue.

Como apresentado anteriormente, todos os entrevistados que são tomadores de crédito rural, participantes da pesquisa, são produtores com maior tempo de estudos, identificando-se que os mesmos têm uma maior preocupação com o meio ambiente e o acesso a recursos financeiros de instituições financeiras os ajudam no desenvolvimento de suas propriedades, inovando em produtos de qualidade e aquisição de maquinários com o intuito de aumentar sua produtividade. Já os não tomadores de crédito rural se sentem desmotivados em muitas das vezes para investir e atentar-se para a utilização dos recursos, porém todos demonstraram grande interesse em preservar o meio ambiente.

## **6. CONCLUSÃO**

O presente estudo teve como objetivo central identificar as diferenças existentes entre pequenas propriedades rurais tomadoras de crédito e não tomadoras de crédito em relação ao desenvolvimento sustentável a partir dos pilares econômica, social e ambiental. Como principais resultados o estudo identificou diferenças no perfil dos agricultores tomadores e não tomadores de crédito em relação as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade.

Os resultados da pesquisa corroboram com estudos anteriores como de Otero *et al.* (2015), Almeida (2009) e Mattei (2005) ao identificar que o crédito rural é uma ferramenta que

auxilia o desenvolvimento de propriedades rurais, do ponto de vista econômico, com a oferta de recursos financeiros para a aquisição de maquinários, equipamentos e expansão da propriedade. Observou-se que a tomada de crédito rural ocorre uma vez que os produtores rurais não detêm recursos financeiros suficientes, no momento necessário, para realizarem investimentos e custeio da produção, além de auxiliar quando há perdas na produção por meio do acionamento dos seguros agrícolas que são vinculados aos financiamentos.

Contudo o crédito rural não é alcançado por todos os produtores. Mesmo existindo políticas públicas no país para o suporte e auxílio a classe dos pequenos produtores rurais, os agricultores familiares, é perceptível que os mesmos encontram dificuldades para atender exigências relativas aos documentos para ingressar com pedido de financiamento, além de não compreenderem as taxas de juros, considerando-as altas mesmo quando são taxas subsidiadas. Maior compreensão poderia fazer com que produtores que ainda não tomam crédito rural avaliassem a possibilidade de uso do mesmo como auxílio ao desenvolvimento de sua propriedade.

O crédito rural se torna um fator importante para o investimento na propriedade, visto que os tomadores de crédito rural investem com maior frequência e contratam financiamentos anualmente para custear a sua produção. Já os não tomadores de crédito rural não se sentem motivados para investir mais nas propriedades, relatando que não há o que ser melhorado. Melhor desenvolvimento de educação econômica seria importante para pequenos produtores rurais, pois poderiam planejar e melhorar seus investimentos.

Além disso, na dimensão econômica, destacou-se refere-se à inexistência de controle de receitas e despesas por parte dos produtores, não sabendo possível aferir o lucro obtido através de seu trabalho. Verificar lucratividade e identificar produtos mais rentáveis é essencial para boa gestão.

Em relação a dimensão ambiental, há preocupações de preservação de áreas de vegetação, contudo, apesar de citarem que seguem as regras de uso, não há interesse dos produtores em evitar o uso de defensivos agrícolas. Este aspecto está associado a maior produtividade obtida a partir do uso destes produtos, elucidado o dilema econômico versus ambiental. Este dilema é mais recorrente nos dois grupos, sendo citado entre os não tomadores de crédito, também na economia de recursos como energia elétrica e água, destacando-se este ponto como diferença, apesar de tênue, entre os grupos.

Em relação ao aspecto social os produtores rurais com maior escolaridade, possuem maior facilidade de expor sua opinião como também de aceitar normativas e exigências dispostas para desenvolver certas atividades e tomar recursos financeiros de terceiros. Além disso, estes produtores possuem propriedades com maior área. Estes elementos podem ser influenciadores para que o uso do crédito rural.

Ainda fica evidente o fato de que tomadores de crédito rural identificam sua produção como algo importante para toda a sociedade, uma vez que abastece o mercado de alimentos e gera movimentação econômica. Pequenos produtores rurais não tomadores de crédito apresentam perfil com menor motivação e consideram que não são reconhecidos diante a sociedade, sendo seu trabalho reconhecido apenas perante a família. Este elemento também pode ser influenciador no desenvolvimento da propriedade. O sentimento que o produtor rural carrega dentro de si e transparece para seus familiares e interfere na motivação para inovar e produzir com a utilização consciente de recursos e gestão responsável associada com a sustentabilidade. Os produtores rurais que falam com entusiasmo, orgulho e alegria de sua profissão são mais propensos a aceitarem mudanças e melhorias, buscam a inovação constante

e aquisição de novos maquinários. Já os produtores rurais desmotivados não buscam a implementação de novas ferramentas para o desenvolvimento da propriedade.

Conforme os dados dispostos, é possível concluir com o presente estudo que as pequenas propriedades rurais tomadoras de crédito rural se diferenciam das propriedades não tomadoras de crédito rural, tendo a influência do crédito rural associada ao grau de instrução dos indivíduos e o entusiasmo que os mesmos possuem ao conduzir a gestão de suas propriedades.

Ainda, identifica-se que o perfil do pequeno produtor rural tomador de crédito é mais sustentável que o não tomador de crédito rural. Como exposto anteriormente, o fator determinante é o grau de escolaridade, que influencia a visão que o indivíduo possui do mundo como um todo, sendo menos individualista. Quando abordamos a educação, não se refere somente a escola fundamental e ensino médio, mas também se inclui cursos profissionalizantes, palestras didáticas e atividades práticas que tenham como objetivo auxiliar a gestão.

Assim, o estudo permite contribuir para acadêmicos, empresários, órgãos de apoio à agricultura familiar, cooperativas, associações e demais interessados a identificar lacunas a serem discutidas e preenchidas afim de corroborar com o desenvolvimento sustentável de pequenas propriedades rurais. Por se tratar de um tema contemporâneo, é necessário que órgãos de apoio estejam engajados com a realização de projetos e atividades com o objetivo de conscientizar a população e desenvolver o senso crítico dos produtores, para que os mesmos possam cada vez mais desenvolver atividades sustentáveis em seus processos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRIMEC. **Crédito rural**: do conceito às dificuldades de acesso. Disponível em: <https://agrimec.com.br/blog/credito-rural-do-conceito-as-dificuldades-de-acesso/>. Acesso em: 13 set. 2018.

ALMEIDA, Jalcione. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: Percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: X Congresso Nacional de Educação, 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Brasília: IPEA, 2015.

BLOWFIELD, Michael. **Business and Sustainability**. Oxford: UK, 2013.

BOJANIC, Alan. **FAO Destaca papel do Brasil na resposta à demanda global por alimentos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-destaca-papel-do-brasil-na-resposta-a-demanda-global-por-alimentos/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BURANELLO, Renato. A política agrícola, diretrizes constitucionais e o sistema privado de financiamento do agronegócio. **AgroANALYSIS**, São Paulo, v. 26, n. 9, p. E2-E16, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35697>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CARVALHO, Fernando. **FAO**: Brasil deve ser maior exportador de alimentos. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/fao-brasil-deve-ser-maior-exportador-alimentos-58031/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMBRAPA. **Visão 2030: O futuro da agricultura brasileira.** Brasília: EMBRAPA, 2018.

FAO. 2014. **Década da Agricultura Familiar da ONU, uma oportunidade extraordinária para avançar na erradicação da fome e da pobreza.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1103086/>. Acesso em: 14 set. 2018.

FAO. 2017. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

HAURESKO, Cecília. A geografia histórica como campo de investigação para a compreensão da comunidade rural de linha esperança – Prudentópolis – Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, p. 1-17, 2015.

IBGE. **Estatísticas.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=4120606>. Acesso em: 18 ago. 2018.

LANZMASTER, Mario. **Crédito rural e sua importância como política pública para o Brasil.** 2016. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/credito-rural-e-sua-importancia-como-politica-publica-para-o-brasil-por-mario/20160823-093435-b697>. Acesso em: 01 set. 2018.

LEITE, Daniel Gomes. **A importância do crédito rural para os pequenos produtores: estudo realizado no município de Queimadas - PB.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11164/1/PDF%20-%20Daniel%20Gomes%20Leite.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.

LOPES, Desireé; LOWERY, Sarah; PEROBA, Tiago Luiz Cabral. **Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável.** 2016. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9518/1/5-%20Cr%3%A9dito%20rural%20no%20Brasil%20desafios%20e%20oportunidades%20para%20a%20promo%3%A7%3%A3o%20da%20agropecu%3%A1ria%20sustent%3%A1vel.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

LOPES, Maurício Antônio. O futuro é bio. **Hortaliças em Revista.** Brasília, v. 14, 2014.

LOPES, Maurício Antônio. **Horizonte de 2050.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/37534993/artigo---horizonte-de-2050>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MAPA. **Crédito rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: Análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MCR. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

NEVES, Marcos Fava. **Vai agronegócio: 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. 1 ed. São Paulo: CANAOESTE, 2016.

OECD. **OECD food and agricultural reviews: innovation, agricultural productivity and sustainability in Brazil**. Paris: OECD Publishing, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Ernesto. **Regularização fundiária e acesso ao crédito rural: saiba como funciona**. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/09/regularizacao-fundiaria-e-acesso-ao-credito-rural-saiba-como-funciona.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

ONU. **World population prospects 2017**. 2017. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/>. Acesso em: 05 ago. 2018.

OTERO, Manuel Rodolfo; OLIVEIRA, Mauro Márcio; TIBÚRCIO, Breno Aragão;

PEDROZO, José Zeferino. **Crédito rural: necessário manter e inovar**. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/credito-rural-2070/credito-rural-necessario-manter-e-inovar-174900>. Acesso em: 01 set. 2018.

PRUDENTÓPOLIS. Atos Oficiais: Município de Prudentópolis. 2014. Disponível em: <https://www.prudentopolis.pr.gov.br/uploads/diarioOficial/bf8b0f0f0798ec134885a22cf7e8499752fd0b379bcb2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

RAMÍREZ, Andrea Restrepo. **Agricultura e desenvolvimento rural sustentável: desafios da cooperação técnica internacional**. Brasília; IICA, 2015.

SANTOS, Edilene de Jesus; CEDRAZ, Josivan dos Santos. A modernização da agricultura e o crédito rural: o elo de transformação da agricultura brasileira. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, Ed. 7, p. 6 – 8, Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2015.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: A dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008.

SERAMIM, Ronaldo José; LAGO, Sandra Mara Stocker. Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n. 1, p. 113-141, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marivânia Rufato da; LINGNAU, Rodrigo; GODOY, Wilson Itamar; BORTOLUZZI, Sandro César. Indicadores propostos na literatura nacional para avaliação de sustentabilidade na agricultura familiar. **Revista Monografias Ambientais**. Santa Maria, v. 15, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 37-52.



STOFFEL, Jaime Antonio. **Construção e avaliação de indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar:** uma análise multidimensional. 2014. 243f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo, 2014.

VINUTO, Juliana. A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** Brasília: CAPES, 2009.